

A autonomia da pessoa com deficiência intelectual: uma revisão de literaturaⁱ

The autonomy of people with intellectual disability: a literature review

La autonomía de la persona con discapacidad intelectual: una revisión de literatura

Camyla Antonioli 

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
camyantonioli@gmail.com

Zena Eisenberg 

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
zwe@puc-rio.br

Recebido em 21 de dezembro de 2021

Aprovado em 13 de junho de 2023

Publicado em 20 de junho de 2023

RESUMO

A autonomia da pessoa com deficiência é um assunto relevante para os campos da educação, da psicologia e dos direitos humanos. O objetivo deste artigo é caracterizar estudos teóricos e empíricos que orientam uma discussão sobre o tema da autonomia da pessoa com deficiência intelectual. Nesse sentido, apresenta-se uma revisão narrativa da literatura cobrindo 18 artigos publicados no período de 2010 a 2020. Os trabalhos analisados foram organizados em três categorias: perspectivas teóricas; público participante do estudo; e concepção de autonomia. Os resultados da revisão mostraram que dois referenciais teóricos se destacaram: os Estudos da Deficiência e a Teoria da Autodeterminação. Os artigos analisados deram relevância à perspectiva das interdependências como fundamento da discussão sobre a autonomia. Desse modo, argumenta-se que as relações de cuidado e apoio têm papel fundamental no desenvolvimento e incentivo da autonomia da pessoa com deficiência intelectual. Concluiu-se que, nos últimos anos, a perspectiva dada aos Estudos da Deficiência para as interdependências vem fomentando o debate da autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Deficiência Intelectual; Autonomia.

ABSTRACT

The autonomy of people with disabilities is a relevant issue for the fields of education, psychology and human rights. This paper characterizes theoretical and empirical studies that guide a discussion on the autonomy of people with intellectual disabilities. A narrative literature review covering 18 articles published between 2010 to 2020 is presented. The analyzed works were organized into three categories: theoretical perspectives, target audience of the study, and the concept of autonomy. Results of the present review shown that two theoretical frameworks were pointed out: Disability Studies and the Self-Determination Theory. The articles analyzed gave relevance to the perspective of the interdependencies to support the discussion on autonomy. Therefore, it is argued that the relationships of care and support play a fundamental role in the development and encouragement of the autonomy of people with intellectual disabilities. It was concluded that, in the recent years, the Disability Studies perspective on the interdependencies have been fostering the debate on the autonomy of people with intellectual disabilities, in national and international research.

Keywords: People with disabilities; Intellectual Disability; Autonomy.

RESUMEN

La autonomía de las personas con discapacidad es un tema relevante para los campos de la educación, la psicología y los derechos humanos. El objetivo de este artículo es caracterizar los estudios teóricos y empíricos que orientan una discusión sobre el tema de la autonomía de la persona con discapacidad intelectual. En este sentido, se presenta una revisión narrativa de la literatura que abarca 18 artículos publicados entre 2010 y 2020. Los trabajos analizados se organizaron en tres categorías: perspectivas teóricas, público participante en el estudio y concepción de autonomía. Los resultados de la revisión mostraron que se destacaron dos marcos teóricos: los Estudios de la Discapacidad y la Teoría de la Autodeterminación. Los artículos analizados dieron relevancia a la perspectiva de las interdependencias para sustentar la discusión acerca de la autonomía. Así, se argumenta que las relaciones de cuidado y apoyo tienen un papel fundamental en el desarrollo y fomento de la autonomía de la persona con discapacidad intelectual. Se concluyó que, en los últimos años, la perspectiva de los Estudios de Discapacidad para las interdependencias ha estado fomentando el debate sobre la autonomía de la persona con discapacidad intelectual, en el panorama nacional e internacional.

Palabras clave: Persona con discapacidad; Discapacidad Intelectual; Autonomía.

Introdução

A palavra autonomia está diretamente ligada à escolha. Esta, por sua vez, tem relação com o bem-estar e com o agir voluntariamente com base em suas preferências e em seus interesses. A autonomia, frequentemente, é considerada um comportamento de cunho pessoal e que está relacionada aos valores de cada sociedade, portanto, é um ideal a ser alcançado (BARBOSA-FOHRMANN; ARAÚJO, 2020). Posto isso, pergunta-se: “o que define esse ideal de autonomia?”. Por exemplo, seria considerado autonomia fazer escolhas com o apoio de outras pessoas ou agir contando com o suporte de outras pessoas? Essas questões são, no mínimo, insurgentes. Segundo Bissoto (2014, p.12), “tomar decisões com autonomia é uma marca histórica e culturalmente constituída de dignidade humana. E deve ser assim pensada também no que se relaciona à pessoa com deficiência”. Sobre isso, um ideal de autonomia que desconsidera as relações de cuidado e de apoio entre as pessoas vai contra o estabelecimento e a manutenção de um universo social no qual todas as pessoas experimentam a realidade de valores e relacionamentos inclusivos (KITTAI; CARLSON, 2010). Fato é que a autonomia consiste em foco de imprescindíveis debates sobre a inclusão da pessoa com deficiência e respeito à diversidade humana. Bem como mostra-se pungente romper com preceitos capacitistas que desconsideram a autonomia abarcada na relacionalidade humana, como os que existem nas relações de cuidado.

Em um cenário de estudo sobre a autonomia da pessoa com deficiência é fundamental mapear que modelos teóricos circulam nas literaturas teórica e empírica, do mesmo modo que definições são empregadas no que concerne à autonomia. Diante disso, nesta revisão de literatura, o objetivo foi caracterizar estudos teóricos e empíricos que orientam uma discussão sobre a autonomia da pessoa com deficiência. Para isso, foi empregada uma pesquisa situada no campo qualitativo que discute sobre a literatura acadêmica publicada entre os anos de 2010 e 2020 e que tematiza a autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

A tomada de decisão, a realização de escolhas, a autonomia da pessoa; estes são aspectos centrais deste artigo. O capacitismo está presente, por exemplo, quando se supõe que uma pessoa com deficiência não é apta a tomar uma decisão, ter preferências, fazer

escolhas, isso exclusivamente atrelado ao fato dela ser uma pessoa com deficiência. Esta é uma discussão que acompanha o começo das lutas e reivindicações do modelo social da deficiência, no ano 1960, em um primeiro momento com um olhar voltado especialmente para as pessoas com deficiências físicas sem deficiência intelectual. Entretanto, com a entrada dos estudos feministas, em meados do ano 1970, e a discussão sobre as interdependências, novas perspectivas passaram a fundamentar este debate sobre a autonomia. Primeiro, agregando na identificação e remoção de barreiras sociais – capacitistas – enraizadas em perspectivas de “norma”, de um padrão único, racional e individual da autonomia. Agora, questões importantes seguem emergentes, por exemplo, quando uma pessoa, com deficiência intelectual, toma uma decisão com apoio de outra pessoa, e só pelo fato de ter tido o apoio, esta decisão é tomada como “inferior/menos válida”? Como será apresentado ao longo deste estudo, as respostas são complexas e impulsionaram a escolha pelo cenário da deficiência intelectual.

Em razão da complexidade do tema, a investigação foi voltada para as perspectivas teóricas que serviram igualmente de modelos teóricos para os estudos, bem como para as concepções atribuídas à autonomia. O estudo contribui para uma visão geral do estado da arte desse campo de estudo, além de fomentar o debate sobre as relações de apoio que priorizam o desenvolvimento da autonomia em diversos contextos de interação, da pessoa com ou sem deficiência. Também, a partir dos resultados encontrados, disserta-se sobre as convergências entre as várias perspectivas de autonomia. Por fim, sugerem-se tópicos para futuras pesquisas no campo.

Método

Este artigo caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura. A pesquisa por artigos publicados entre 2010 e 2020 foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES. Para um melhor refinamento da busca foram selecionadas seis bases de dados desse portal, são elas: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ); Dialnet, *Education Resources Information Center* (ERIC); *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO); *Science Direct*, *Web of Science*; e *Taylor & Francis*. A escolha desse corpo de busca foi devido à abrangência do tema do estudo e das bases que possibilitam a localização de dados multidisciplinares, de artigos nacionais e internacionais sobre o tema. A busca envolveu o cruzamento de três

palavras-chave: autonomia/*autonomy*; deficiência/*disability*; deficiência intelectual/*intellectual disability*.

A posteriori, foi realizada uma busca no Google Acadêmico, e, a partir disso, os estudos de Contino (2017), Duarte e Veloso (2017), Doren e Kang (2016) e Vencato e Wendling (2019) foram inseridos na amostra. A amostra final foi constituída por 18 artigos. As informações foram organizadas em três categorias definidas a priori, de forma a contemplar o objetivo do estudo. As três categorias que foram definidas são: perspectiva teórica adotada no estudo; concepção de autonomia; e público participante do estudo (apenas nos estudos empíricos) – esta última categoria é colocada por razão de alguns estudos englobarem um público misto de participantes, ou seja, não exclusivamente pessoas com deficiência intelectual. Mesmo nestes casos de público misto, observamos que estes eram estudos potentes para a discussão proposta para este artigo, no entanto, achamos adequado identificar quais públicos participaram de cada estudo.

As discussões sobre os resultados foram divididas em dois momentos. No primeiro, discutiu-se sobre as perspectivas teóricas; e, posteriormente, foram apresentadas as perspectivas de autonomia encontradas mediante esta revisão de literatura. Nos dois momentos, os achados foram apresentados de maneira articulada, de modo a envolver as convergências e divergências apresentadas nos estudos em uma análise interpretativa e crítica.

Resultados

Esta foi uma revisão que abrangeu estudos teóricos e empíricos para uma compreensão global do fenômeno analisado. Os propósitos desta revisão visavam montar um quadro de perspectivas teóricas que desse sustentação conceitual para a palavra “autonomia” aplicada à pessoa com deficiência intelectual. Para a melhor interpretação dos dados, estes estão apresentados, a seguir, em dois quadros que dividem os estudos teóricos e empíricos. Estes dois conjuntos de estudos geraram um panorama compreensivo dos elementos relevantes para este estudo.

No Quadro 1, apresentamos nove estudos teóricos conforme perspectiva teórica explicitada no texto do artigo, perspectiva de autonomia adotada e referência. Na sequência, no Quadro 2, estão elencados os nove estudos empíricos encontrados nesta

investigação. O diferencial da caracterização deste quadro, em comparação ao Quadro 1, está na apresentação dos participantes dos estudos, além de também informar as perspectivas teóricas e as perspectivas de autonomia adotadas.

Quadro 1 – Características dos estudos teóricos sobre a autonomia da pessoa com deficiência

PERSPECTIVA TEÓRICA	PERSPECTIVA DE AUTONOMIA (AUTOR, ANO)
Estudos da Deficiência	Interdependências (CASTILLO; MARTÍN; CABRERO, 2010; CONTINO, 2017; GALLEGRO, 2020; GAUDENZI; ORTEGA, 2016)
	Relacional (DAVY, 2015; 2019)
Combinação de Referências	Tomada de decisão; dignidade humana; autodeterminação (MAULEON, 2016)
	Linguagem e comunicação nas relações interpessoais (relação de apoio e suporte) (DUARTE; VELLOSO, 2017)
Teoria Social Cognitiva	Agência humana (BROCK; SCHAEFER; SEAMAN, 2020)

Fonte: Elaboração própria.

Os textos completos dos estudos empíricos que compõem a amostra foram analisados, sendo construídas as seguintes categorias, formuladas a priori: (a) autores e ano da publicação; (b) perspectiva teórica adotada no estudo; (c) perspectiva de autonomia adotada no estudo; (d) participantes envolvidos nos estudos. Alguns destes resultados são apresentados de maneira sintetizada no Quadro 2.

Quadro 2 – Características dos estudos empíricos sobre a autonomia da pessoa com deficiência intelectual

AUTOR (ANO)	PERSPECTIVA TEÓRICA	PERSPECTIVA DE AUTONOMIA	PÚBLICO PARTICIPANTE DO ESTUDO
Wang e Dovidio (2011)	Consciência do estigma (Pinel, 1999, 2002)	Não receber ajuda; Saber quando procurar e onde receber ajuda.	116 estudantes universitários com deficiência (ampla gama de deficiências, sendo 57 com dificuldades de aprendizagem/psiquiátricas); (idade média de 24 anos).
Björnsdóttir, Stefánsdóttir, Valgerður Stefánsdóttir (2015)	Estudos da Deficiência	Relacional. Relações interpessoais e conexões com os outros impactam no bem-estar e autonomia.	25 mulheres e 16 homens (entre 26 - 66 anos) com deficiência intelectual.
Doren e Kang (2016)	Teoria da autodeterminação	Necessidade psicológica essencial para o desenvolvimento humano.	111 meninas adolescentes com deficiência (entre 14 e 22 anos).
Gilmore et al. (2016)	Teoria da autodeterminação	Necessidade psicológica essencial para o desenvolvimento humano; famílias desempenhando um papel fundamental no	14 mães de crianças com Síndrome de Down.

		apoio à autorregulação dos filhos.	
Björnsdóttir, Stefánsdóttir, Valgerður Stefánsdóttir (2017)	Estudos da Deficiência	Relacional; determinada por fatores socioculturais; ex.: estereótipos patriarcais dominantes.	29 adultos com deficiência intelectual e outros 15 adultos com deficiências graves observados nas residências (entre 18 e 66 anos).
Pedrinelli et al. (2017)	Perspectiva Bioecológica	Influenciada pelo ambiente familiar e crenças pessoais.	1 atleta do sexo masculino com deficiência intelectual (24 anos), a sua mãe e o treinador de natação.
Frielink, Schuengel e Embregts (2018)	Teoria da autodeterminação	Necessidade psicológica essencial para o desenvolvimento humano.	186 pessoas com deficiência intelectual (entre 18 e 84 anos).
Vencato e Wendling (2019)	Combinação de referências	Influenciada pelo ambiente familiar, escolar e de cuidados.	4 mães (entre 37 e 48 anos) de jovens com deficiência intelectual (entre 21 e 23 anos).
Dowling et al. (2019)	Combinação de referências	Relacional. Relações interpessoais e conexões impactam na participação social, bem-estar e autonomia.	9 pessoas com deficiência intelectual (entre 18 e 49 anos) e 7 profissionais de apoio (assistentes pessoais).

Fonte: Elaboração própria.

Perspectivas teóricas sobre o tema: autonomia da pessoa com deficiência intelectual

Ao conhecer pesquisas que discutem o tema da autonomia da pessoa com deficiência intelectual, foi possível identificar o uso da teoria, as “lentes” teóricas e as perspectivas de autonomia desenvolvidas, inclusive, localizar mais de um delineamento de um mesmo universo teórico, como se relata a seguir.

Entre os artigos que especificam as teorias utilizadas, verificou-se que seis estudos teóricos trazem o modelo de “*Estudos sobre Deficiência*”. São eles: Castillo, Martín e Cabrero (2010), Contino (2017), Davy (2015, 2019), Gallego (2020), Gaudenzi e Ortega (2016). Enquanto nos estudos empíricos são os dois estudos dos autores islandeses, Björnsdóttir, Stefánsdóttir, Valgerður Stefánsdóttir (2015, 2017), que apontam este modelo. Sumariamente, os estudos supracitados fazem referência ao Modelo Social da Deficiência, um movimento social que aconteceu em meados do ano 1970. A reivindicação da autonomia da pessoa com deficiência – em um primeiro momento a ênfase era deficiências físicas; e com a chegada dos estudos feministas a discussão passou a englobar a deficiência intelectual; sobre o assunto consultar Barbosa-Fohrmann e Araújo (2020) – foi

uma das principais pautas de discussão deste movimento, em um cenário social no qual as pessoas com deficiência eram marginalizadas da sociedade e não tinham o direito de decidir sobre a sua própria vida. A autonomia, enquanto direito, era o que exigiam as pessoas com deficiência, pautadas no debate sobre o respeito pela diversidade funcional. Em adição, reivindicavam pela igualdade de oportunidades adequada, como, por exemplo, no direito a ter um emprego, no acesso aos sistemas de ensino, na acessibilidade de locomoção nos transportes e no acesso aos espaços públicos, entre outros (CASTILLO; MARTÍN; CABRERO, 2010).

Essa discussão sobre reivindicação e a marginalização da autonomia, em alguma medida, adentra no estudo empírico de Wang e Dovidio (2011). Com base em estudos de Philippe Pinel, os autores oferecem uma análise da influência da “*Consciência do Estigma*” na autonomia da pessoa com deficiência. Dois dos aspectos levantados nesse estudo são: a) saber como jovens universitários reagem quando preparados para ter uma consciência de autonomia, e; b) como a consciência de estigma se destaca como aspecto da identidade e influência na autonomia desses jovens. Um dos principais resultados aponta que, para todos os participantes, uma maior ativação de pensamentos relacionados à autonomia foi associada a uma menor probabilidade de procurar ajuda. Apoiados na Teoria da Consciência de Estigma, Wang e Dovidio (2011) debatem este dado – que não pode passar despercebido –, indicando que: uma sociedade que estigmatiza a pessoa com deficiência influencia diretamente o modo como essa pessoa constrói a sua identidade, inclusive, na subestimação da ação de pedir ajuda, vendo isso como algo que inferioriza alguém. Nesse mesmo estudo, compreende-se quando uma pessoa decide “onde procurar ajuda” e “de quem aceitar/receber apoio”, isso indica uma manifestação da consciência de autonomia, ou seja, é autônoma também a pessoa que decide pedir/receber ajuda.

Por sua vez, como observado no Quadro 2, a literatura empírica apresenta um leque mais variado de perspectivas teóricas. Destacando-se três artigos que utilizam como base a “*Teoria da Autodeterminação*”, conforme foi detectado nos estudos de Doren e Kang (2016), Gilmore et al. (2016), Frielink, Schuengel e Embregts (2018). Segundo esta teoria, a autonomia é fundamentalmente uma necessidade psicológica, essencial para o desenvolvimento humano. Os três estudos supracitados discutem o papel das relações de apoio na promoção do desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência. Esse apoio é entendido como apoio à autonomia, e trata-se de um suporte fornecido por pessoas

em uma posição de autoridade, como professores e pais, que convivem e conhecem os comportamentos de seus alunos ou filhos com deficiência (GILMORE et al., 2016). Isso está atrelado a outra necessidade psicológica importante: o vínculo. São pessoas de confiança, que convivem diariamente com a pessoa com deficiência e são como fontes de informação, ou seja, são suporte na resolução de problemas e fornecem estrutura e oportunidades de escolha sem pressões ou demandas indevidas (DOREN; KANG, 2016).

A “*Perspectiva Bioecológica*” do desenvolvimento humano também esteve presente no mapeamento dos estudos empíricos. O estudo de Pedrinelli et al. (2017), com base nessa teoria, apresenta que a autonomia se estabelece a partir das relações interpessoais. Este estudo investigou elementos que fomentam a autonomia na vida de um atleta de natação com deficiência intelectual; para isso, analisaram como a família (mãe) e o treinador contribuem e interferem na autonomia do atleta. A partir da Perspectiva Bioecológica, os autores colocam que quanto mais disposições instigantes e geradoras de desenvolvimento envolverem atributos da pessoa com deficiência intelectual de ser capaz de fazer escolhas, expressar opiniões e tomar decisões, mais ela demonstrará sua autonomia.

Foi possível encontrar o uso da Teoria Social Cognitiva, citada no estudo teórico desenvolvido por Brock, Schaefer e Seaman (2020). Esse estudo compara o modelo de agência humana desenvolvido pelo pesquisador Albert Bandura com construtos da literatura sobre pessoas com deficiências que demandam maior suporte, para identificar desafios únicos para a promoção de agência com esta população. Além disso, este mesmo estudo faz a análise de um modelo alternativo de apoio entre pares que diminui o suporte direto do profissional de apoio escolar, que foi objeto de análise desse estudo anterior (BROCK et al., 2016). O foco da pesquisa de 2016 foi o treinamento de quatro profissionais de apoio para que formassem/fomentassem arranjos de apoio de pares para quatro alunos do Ensino Médio com deficiência que demandam maior necessidade de apoio (incluía pessoas com deficiências múltiplas e intelectual) em salas de aula de educação inclusiva. O uso da teoria serviu para compreender que: o modelo de suporte oferecido por colegas de turma, pessoas de mesma idade ou próxima, diminuiu o suporte oferecido por um adulto que atua como mediador escolar e promove comportamento autodeterminado e a agência do aluno com deficiência – esse aluno é uma pessoa que precisa de suporte com maior frequência, pois tem uma deficiência, segundo o estudo, descrita como “grave”. Em síntese,

a soma dos dois estudos e o uso da Teoria Social Cognitiva serviram para mostrar que as relações interpessoais influenciam na autonomia do aluno/jovem com deficiência, logo, existe uma pertinência quanto a desenvolver estudos no cenário escolar que olhem para as relações de apoio entre os pares.

Outros autores não estruturam uma perspectiva teórica. A “*Combinação de Referências*” também foi parte da composição de alguns artigos, sendo essas combinações pertinentes para os objetivos que os estudos se propunham e relacionadas aos campos de pesquisa dos autores, sendo os estudos: Dowling et al. (2019); Duarte e Veloso (2017); Mauleon (2016) e; Vencato e Wendling (2019). Por exemplo, no estudo de Vencato e Wendling (2019) ouviram-se quatro mães de jovens com deficiência intelectual com a finalidade de identificar aspectos que influenciam a autonomia destes jovens na percepção dos familiares. As referências usadas no estudo supracitado dão conta de reiterar a interpretação dos dados produzidos, que olharam para meios eletrônicos como facilitadores da autonomia, e a insegurança das mães em relação ao potencial de seus filhos e o excesso de cuidados e proteção, como o que afetou negativamente a autonomia dos filhos (VENCATO; WENDLING, 2019).

Agora, o estudo de Dowling et al. (2019) partiu do interesse de estudar como a autonomia relacional acontece na prática, isso considerando as relações entre pessoa com deficiência intelectual e seus assistentes pessoais (pessoas contratadas como cuidadoras). Esse estudo teve por base a “*Combinação de Referências*” para fundamentar o empenho de diálogos sobre: a tomada de decisão conjunta, com foco no modo como possibilidades de escolha são discutidas; nas opções oferecidas pelo assistente pessoal durante uma atividade; e, por fim, em como as pessoas refletem sobre suas decisões – os autores não expõem isso explicitamente, mas a combinação de referências desse estudo afina-se às discussões dos Estudos da Deficiência. Uma discussão essencial do estudo de Dowling et al. (2019) relata a importância do diálogo sobre as possibilidades de escolha e das consequências atreladas a cada uma delas, em sobreposição às coerções e imposições de decisões que partiriam do profissional assistente. Sendo assim, seguem questões que olham para a formação e orientação dos profissionais que oferecem apoio a uma pessoa com deficiência. Em adição, é imprescindível compreender as relações de cuidado como relações de construção e manutenção de vínculos de confiança, nas quais as decisões são envoltas de diálogos de esclarecimento sempre que necessário (DOWLING et al., 2019;

MAULEON, 2016; KITTAY; CARLSON, 2010). Não por acaso que estudos destacam o papel fundamental da comunicação e da estimulação das interações comunicativas da pessoa com deficiência e as pessoas de sua convivência (DUARTE; VELLOSO, 2017).

Importante enfatizar que mesmo não apresentando ou explicitando um modelo teórico de fundamentação do estudo, as pesquisas de Dowling et al. (2019), Duarte e Velloso (2017), Mauleon (2016) e Vencato e Wendling (2019) revelam importantes análises e interpretações alinhadas a uma perspectiva de olhar o papel das interdependências na autonomia da pessoa com deficiência. Detectou-se, somado a todos os outros estudos apresentados nesta seção, que a autonomia é uma necessidade humana abarcada nas relacionalidades e comum a todas as pessoas. Logo, discutir autonomia é também analisar as relações de apoio e as impressões que essas relações deixam nas tomadas de escolhas e no papel das decisões dialogadas em um vínculo respeitoso de confiança e convivência.

Perspectivas de autonomia: a autonomia da pessoa com deficiência intelectual

Das perspectivas de autonomia mapeadas nos estudos que formaram esta revisão de literatura, chamou atenção o dado “*Não receber ajuda*”, que foi um ponto levantado pelos participantes da pesquisa de Wang e Dovidio (2011) como aspecto da identidade de uma pessoa entendida como autônoma. Em contrapartida, ainda, a pesquisa supracitada indica outro dado importante: o “saber quando procurar e onde receber ajuda”; que diz respeito a como a pessoa com deficiência intelectual é consciente da sua própria autonomia, compreendendo que buscar por ajuda não a torna uma pessoa “menos” autônoma (WANG; DOVIDIO, 2011). Este diálogo é importante à medida que se contrapõe à perspectiva de que a autonomia é sinônimo de independência e execução individual de uma ação. Sobre isso, o estudo de Brock, Schaefer e Seaman (2020) agrega a esse diálogo, pois trabalha a perspectiva de autonomia partindo da leitura da “*agência humana*”; sendo a agência referente ao gerenciamento individual, coletivo ou delegado que cada pessoa faz acerca de suas ações e decisões. Assim, é também autônoma a pessoa que executa ações e toma decisões apoiadas no diálogo e com o suporte de outra pessoa.

Importante apresentar que o papel e a importância da autonomia também estão atrelados ao bem-estar e à participação social da pessoa com deficiência. Apoiados na Teoria da Autodeterminação, os estudos de Doren e Kang (2016), Frielink, Schuengel e

Embregts (2018), Gilmore et al. (2016) inferem que a autonomia é uma “*necessidade psicológica essencial para o desenvolvimento*”. Esta perspectiva compreende que a autonomia “se desenvolve ao longo da vida” e que as famílias desempenham um papel fundamental no apoio à autorregulação dos filhos – imbricado a isso está o papel do apoio no desenvolvimento da autonomia. Em tal vertente, a pesquisa de Gilmore et al. (2016) assinala, com destaque, o papel da família no apoio e no estímulo à autonomia do filho, partindo de um estudo empírico que olhou o cotidiano das relações entre mães e seus filhos com Síndrome de Down. Os estudos desenvolvidos por Pedrinelli et al. (2017) e Vencato e Wendling (2019) também discutem o papel da família no incentivo e no estímulo à tomada de decisão da pessoa com deficiência intelectual. Estas duas pesquisas partiram de uma perspectiva bioecológica de desenvolvimento humano para discutir que a autonomia é influenciada pelo ambiente e pelas crenças familiares. Ampliando tal debate, o estudo de Vencato e Wendling (2019) agrega as influências da escola como um profícuo espaço de estímulo à autonomia.

Como visto até aqui, foram três estudos empíricos que estudaram as relações entre família e autonomia da pessoa com deficiência, e cabe notar que as pesquisas de Gilmore et al. (2016), Pedrinelli et al. (2017) e Vencato e Wendling (2019) contaram com a presença das mães como participantes dos estudos.

As autoras Kittay, Jennings e Wassuna (2005) discutem a construção social que associa o cuidado – englobando o dar apoio e suporte a alguém – como algo da ordem feminina, em adição, também discutem a presença de mulheres desempenhando cotidianamente o papel de cuidadoras, em tempo integral, de pessoas com deficiência. E são apresentadas, ao longo desse artigo, as relações significativas entre cuidado e autonomia; em vista do exposto, cabendo também reconhecer e estudar a presença de cobranças sobre a atuação das mães no desenvolvimento da autonomia de pessoas com deficiência intelectual. E mais, sendo importante debater, a partir de uma leitura das interdependências, que o cuidado não pode ser encarado como algo da ordem da natureza da mulher (SÁ et al., 2019).

Com esse mapeamento de literatura, alguns estudos têm como base teórica os Estudos da Deficiência e destacam a perspectiva de autonomia “*relacional*”. Segundo Davy (2015, 2019), existe uma relacionalidade que é constitutiva do ser humano, ou seja, relações interpessoais e conexões com os outros são essenciais para o desenvolvimento

e para a manutenção da vida, da identidade e do exercício da autonomia. Para tanto, autonomia e cuidado são colocados um a serviço do outro, compreendendo que a autonomia não pode ser habilitada sem o cuidado; e o cuidado não pode acontecer sem o respeito à autonomia (DAVY, 2015, 2019; DOWLING et al., 2019). Este significado dado à relacionalidade oferece uma maneira de pensar as tensões entre a ética do cuidado e os estudos da deficiência de forma produtiva, como apresentado nos estudos de Björnsdóttir, Stefánsdóttir, Valgerður Stefánsdóttir (2015, 2017) e Dowling et al. (2019). Os três estudos tiveram a participação de pessoas adultas com deficiência intelectual, com idades entre 18 e 66 anos, e relatam como as relações de cuidado entre pessoa com deficiência e pessoa que oferece suporte produzem relacionalidades que se aplicam ao apoio à tomada de decisão. Em comum, esses estudos exprimem debates sobre os estereótipos de incapacidade atribuídos às pessoas com deficiência intelectual e em como isso reflete na marginalização da “credibilidade” da autonomia dessas pessoas.

De acordo com Kittay e Carlson (2010), é antiga a atribuição dada à deficiência como significado de dependência e da falta de autodomínio, entretanto, atualmente, essa atribuição é vista como capacitista. Importante ter em vista que a perspectiva da incapacidade atribuída à autonomia da pessoa com deficiência, como a supracitada, está atrelada ao Modelo Médico da Deficiência, pelo qual a “régua” classificatória ditada pelos padrões de cada época determinava o “normal (corpo e/ou mente dentro do padrão)” como autônomo e o “incapaz (corpo e/ou mente fora do padrão)” como não autônomo (GAUDENZI; ORTEGA, 2016). Estendendo esse debate, pode-se incluir a superficialidade da atribuição de que a pessoa autônoma é aquela isenta de cuidados de outros.

A perspectiva das “*interdependências*” aplicada à autonomia, desenvolvida a partir dos Estudos da Deficiência, assim como a da autonomia relacional também foram evidenciadas nesta revisão de literatura. Partindo de um diálogo próximo, os estudos de Castillo, Martín e Cabrero (2010), Gaudenzi e Ortega (2016), Contino (2017), Gallego (2020) problematizam as noções de autonomia, principalmente, a partir de discussões sobre o Modelo Médico da Deficiência e o Modelo Social da Deficiência. Os achados evidenciaram que a perspectiva das interdependências vai de encontro às percepções sociais de cuidado que reforçam que as pessoas com deficiência seriam passivas ou que precisam ser superprotegidas, lembrando que se vem de um percurso histórico-social que

infligiu maneiras violentas e opressoras às pessoas com deficiência, especialmente as com deficiência intelectual (CASTILLO; MARTÍN; CABRERO, 2010).

Segundo Guadenzi e Ortega (2016), as políticas originalmente nascidas na primeira geração do Modelo Social levantaram a bandeira da autonomia pessoal como um componente central das estratégias políticas do movimento da deficiência. Sobre isso, uma notável diferença entre a segunda geração, quando comparada à primeira deste modelo, está na compreensão de que o elemento central de uma estrutura baseada na proteção e facilitação da autonomia das pessoas com deficiência também se reflete na linha hierárquica simbólica dos valores morais de uma dada cultura (GALLEGO, 2020). Para Davy (2015), essa simbólica linha hierárquica tem atribuído valores que edificam ideias de habilidades e de agência, como, por exemplo, habilidade de fala oral funcional, que reforçam a marginalização das pessoas com necessidades complexas de comunicação e/ou maior necessidade de suporte, criando maior exclusão para muitas pessoas com deficiência.

Algumas pessoas com deficiência intelectual que não usam a linguagem de modo funcional ou que têm a oralidade desenvolvida, cotidianamente, apresentam necessidade de constante suporte e requerem assistência de outras pessoas em muitos aspectos de suas vidas (DUARTE; VELLOSO, 2017). Nesses casos, os vínculos mostram-se fundamentais entre a pessoa com deficiência e a pessoa que oferece suporte. De ambos os lados, existem desafios que envolvem: as dificuldades para se comunicar de forma compreensível; e as dificuldades para acessar informações e compreender o que o outro tem a dizer. Diante desses desafios, o que pode ser feito?

A resposta está no incentivo para que ambos os lados desenvolvam habilidades de comunicação. Primeiro, é fundamental que a pessoa que está oferecendo suporte aprenda a observar e a interpretar os movimentos corporais, as expressões faciais e não verbais que a outra pessoa está fazendo. Se essas expressões existem é porque a pessoa com deficiência está se comunicando. Segundo ponto, comunicar-se é algo complexo, logo, é importante que exista incentivo para que a pessoa com deficiência interaja e se comunique usando expressões faladas ou não (MOREIRA, 2021) – sobre isso é útil consultar a literatura referente à comunicação alternativa.

Os estudos que discutem a autonomia como uma necessidade psicológica essencial para o desenvolvimento podem oferecer contribuições para as perspectivas que entendem

a autonomia a partir das interdependências e relacionalidades. E isso porque convergem na compreensão de que *cuidado* é elemento-chave para o desenvolvimento humano, que protege e facilita a expressão da autonomia, em vez de sufocá-la. Para alguns autores, conforme as pessoas com deficiência intelectual crescem/amadurecem e tornam-se mais autoconscientes, surgem questões sobre até que ponto elas podem envolver-se na tomada de decisões pessoais (BJÖRNSDÓTTIR; STEFÁNSDÓTTIR; VALGERÐUR STEFÁNSDÓTTIR, 2015; 2017; DAVY, 2015; 2019). Como colocado por Gilmore et al. (2016), cada vez mais, há discussões sobre a importância de se incentivar, desde cedo, ainda na infância, as pessoas com deficiência a fazerem escolhas pessoais e a tomarem decisões. Isso significa que avanços estão sendo feitos com maior respeito à autonomia e aos direitos individuais desses indivíduos.

Contino (2017) assevera a imagem do indivíduo autônomo como o que possui: agência, independência, autorrepresentação e autodeterminação; esta imagem permanece ferramenta poderosa nos projetos emancipatórios do movimento da deficiência. Some-se a isso o diálogo sobre a complexidade da diversidade humana e as diferentes realidades de cuidado, que são negociadas na experiência vivida no dia a dia. Como apresentado no estudo de Dowling et al. (2019), na abordagem relacional, ensinar, auxiliar e dar assistência à pessoa com deficiência intelectual na formação de suas noções, por exemplo, de correto e errado, torna-se eficaz para que essas pessoas atendam às necessidades fundamentais de uma dada ordem cultural. Além disso, na prática de dar apoio a alguém, é fundamental existir o respeito pela pessoa assistida para a salvaguardar contra a coerção de ideias e ações (GILMORE et al., 2016).

Gaudenzi e Ortega (2016) oferecem uma discussão basilar na crítica aos modelos teóricos que colocam, em primeiro plano, o corpo e as noções de eficiência, produtividade, independência, autonomia, agência racional, livre arbítrio e individualismo. Para esses autores, os ideais de autonomia e independência não só falham em apreender e valorizar as experiências das pessoas com deficiência, mas também são uma invenção. Nesse tocante, Davy (2019) enfatiza que a autonomia individual sem cuidado para a maioria, se não para todos nós, é equivalente ao abandono. Logo, as interdependências e as relacionalidades entre as pessoas e seus corpos representam um desafio à ideia de autonomia entendida como independência individual, concebendo que todos são seres

dependentes, interconectados e relacionais (BJÖRNSDÓTTIR; STEFÁNSDÓTTIR; VALGERÐUR STEFÁNSDÓTTIR, 2015; DAVY, 2015; 2019; DOWLING et al., 2019).

Cabe mencionar que os estudos que abordam o assunto do julgamento moral da deficiência intelectual – considerando o cenário de pessoas com disfunção da memória operacional e eficácia cognitiva – são enfáticos na colocação que ser uma pessoa com deficiência não significa não ter empatia e capacidade para ação moral (BJÖRNSDÓTTIR; STEFÁNSDÓTTIR; VALGERÐUR STEFÁNSDÓTTIR, 2015; DOWLING et al., 2019; GILMORE et al., 2016). Nessa perspectiva, corrobora Harris (2010), quando descreve que pessoas com deficiência, que apresentam maior necessidade de apoio, também retribuem de diversas maneiras comunicativas quando tratadas com ternura e cordialidade interpessoal. É importante destacar isso, porque, independentemente do desenvolvimento, as pessoas com deficiência demonstram a capacidade de ação empática para com os outros, especialmente se for fornecido apoio emocional suficiente para estabelecer um apego emocional seguro (DOWLING et al., 2019; DAVY, 2019). Como já é de conhecimento da literatura do Modelo Social da Deficiência ligado aos estudos feministas sobre a ética do cuidado, pelo qual há o envolvimento empático com os outros, o desenvolvimento individual e a interdependência na execução de tarefas e na tomada de decisões são aspectos importantes para o reconhecimento da autonomia.

Considerações Finais

Este artigo buscou caracterizar estudos teóricos e empíricos que orientam a discussão sobre a autonomia da pessoa com deficiência intelectual. De modo mais detalhado, foram analisadas as perspectivas teóricas e de concepção de autonomia. Analisado o público participante dos estudos empíricos, sobressaíram pesquisas com adultos com deficiência intelectual. Dos resultados encontrados nesta revisão, destacam-se estudos teóricos com referências aos Estudos da Deficiência; e, dos estudos empíricos, a Teoria da Autodeterminação. Ambos os modelos teóricos convergem na conclusão de que o meio familiar influencia o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual. Além disso, estudos apontam para as relações de apoio e suporte que acontecem, por exemplo, nos contextos familiar e escolar, que são fundamentais para participação social e tomada de decisão das pessoas com deficiência intelectual. A partir disso, as várias

perspectivas sobre a autonomia refletem diferentes orientações teóricas em questões específicas, mas todas compartilham de um ponto central: a autonomia é também constituída e mantém-se nas relações.

Ao longo da vida, aprende-se a escolher uma ou outra opção quando ofertada, aprende-se a comunicar as escolhas e a executar ações para conseguir o que se quer. Cabe destacar que essas aprendizagens acontecem de maneiras e em momentos plurais e refletem no desenvolvimento da autonomia. Nos últimos anos, o campo dos Estudos da Deficiência vem impulsionando o repensar a autonomia e os significados atribuídos a ela por meio da leitura das funcionalidades humanas e dos direitos humanos. Pensando nisso, o modelo relacional de autonomia e as perspectivas de interdependências compreendem o cuidado como aspecto importante para o exercício da autonomia e oferecem uma maneira de negociar essas polaridades de "independência" e "dependência". Dessa maneira, esta revisão de literatura contribui para uma visão geral e problematização das noções de interdependência e relacionalidades aplicadas à autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

Para além desses aspectos, esta revisão também apresentou algumas limitações. A primeira delas é o mapeamento não sistemático. Diante disso, é possível que outros artigos sobre a temática tenham ficado de fora desta revisão; portanto, recomenda-se a consulta sistematizada em banco de dados. Outra limitação se refere a não inclusão de estudos sobre as demais deficiências, visto que esta revisão focou especificamente na deficiência intelectual. Este fato se constitui em uma limitação na medida em que pesquisas teóricas e empíricas sobre outras deficiências poderiam contribuir para a compreensão pertinente à temática da autonomia.

A importância e a consistência desta pesquisa descortinam perspectivas de autonomia que destacam o papel fundamental das relações entre a pessoa com deficiência intelectual e pessoas que lhe oferecem apoio. Ademais, este estudo visou contribuir para a realização de outros estudos sobre essa temática tão relevante, bem como aprofundar a discussão sobre como o uso de diferentes teorias pode servir como aliado no estudo relativo à autonomia da pessoa com deficiência.

Referências

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; ARAÚJO, Luana Adriano. As autonomias das pessoas com deficiências intelectuais e cognitivas graves. In: Teixeira, Ana Carolina Brochado; Menezes, Joyceane Bezerra de. **Gênero, vulnerabilidade e autonomia**. **Gênero, vulnerabilidade e autonomia: repercussões jurídicas**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020. Kindle Edition.

BISSOTO, Maria Luisa. Deficiência intelectual e processos de tomada de decisão: estamos enfrentando o desafio de educar para a autonomia? **Educação Unisinos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 3–12, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2014.181.01>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

BJÖRNSDÓTTIR, Kristín; STEFÁNSDÓTTIR; STEFÁNSDÓTTIR, Guðrún Valgerður. Ástríður. “It’s my life”: *Autonomy and people with intellectual disabilities*. **Journal of Intellectual Disabilities**, v. 19, n. 1, p. 5–21, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1744629514564691>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

BJÖRNSDÓTTIR, Kristín; STEFÁNSDÓTTIR, Ástríður; STEFÁNSDÓTTIR, Guðrún Valgerður. *People with Intellectual Disabilities Negotiate Autonomy, Gender and Sexuality*. **Sexuality and Disability**, vol. 35, no. 3, p. 295–311, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11195-017-9492-x>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

BROCK, Matthew E. et al. *Implementation and Generalization of Peer Support Arrangements for Students With Severe Disabilities in Inclusive Classrooms*. **Journal of Special Education**, [S. l.], v. 49, n. 4, p. 221–232, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022466915594368>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

BROCK, Matthew E; SCHAEFER, John M; SEAMAN, Rachel L. *Self-Determination and Agency for All: Supporting Students with Severe Disabilities*. **Theory Into Practice**, vol. 59, no. 2, p. 162–171, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00405841.2019.1702450>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

CASTILLO, Francisco Guzmán; MARTÍN, Mario Toboso; CABRERO, Javier Romañach. *Fundamentos éticos para la promoción de la autonomía: hacia una ética de la interdependencia*. **Alternativas**, no 17, p. 45-61, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/ALTERN2010.17.3>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

CONTINO, Martín. *La autonomía en el territorio de la discapacidad*. **Revista Crítica**, n. 3, p. 12-27, 2017. Disponível em: <https://docplayer.es/211353266-La-autonomia-en-el-territorio-de-la-discapacidad.html>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

DAVY, Laura. *Philosophical inclusive design: Intellectual disability and the limits of individual autonomy in moral and political theory*. **Hypatia**, 30(1), 132–148. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/hypa.12119>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

DAVY, Laura. *Between an ethic of care and an ethic of autonomy: negotiating relational autonomy, disability, and dependency*. **Angelaki Journal of the Theoretical**

Humanities, v. 24, n. 3, p. 101–114, 2019. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1080/0969725X.2019.1620461>>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

DOREN, Bonnie; KANG, Hyun Ju. *Autonomy, self-realization, and self-advocacy and the school-and career-related adjustment of adolescent girls with disabilities*. **Career Development and Transition for Exceptional Individuals**, v. 39, n. 3, p. 132–143, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2165143415574875>>. Acesso em 19 de abr. 2021.

DOWLING, Sandra. et al. *Managing relational autonomy in interactions: People with intellectual disabilities*. **Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities**, vol. 32, no. 5, p. 1058–1066, 2019. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1111/jar.12595>>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

DUARTE, Cintia Perez; VELLOSO, Renata de Lima. Linguagem e comunicação de pessoas com deficiência intelectual e suas contribuições para a construção da autonomia. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, p. 88–96, 2017. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4034>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FRIELINK, Noud; SCHUENGEL, Carlo; EMBREGTS, Petri J. C. M. *Autonomy support, need satisfaction, and motivation for support among adults with intellectual disability: Testing a self-determination theory model*. **American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities**, v. 123, n. 1, p. 33–49, 2018. Disponível em:<<https://doi.org/10.1352/1944-7558-123.1.33>>. Acesso em 19 de abr. 2021.

GALLEGO, Diego Carmona. *Autonomía e interdependencia. La ética del cuidado en la discapacidad*. **Revista Humanidades**, v. 10, n. 2, p. 1-18, dez. 2020. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.15517/h.v10i2.41154>>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [online], v. 21, n. 10, p. 3061-3070, out. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.16642016>>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

GILMORE, Linda. et al. *Understanding Maternal Support for Autonomy in Young Children with Down Syndrome*. **Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities**, vol. 13, no. 2, p. 92–101, 2016. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1111/jppi.12163>>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

HARRIS, James C. *Developmental Perspective on the Emergence of Moral Personhood*. In: KITTAY, Eva Feder; CARLSON, Licia. **Cognitive Disability and Its Challenge to Moral Philosophy**. Metaphilosophy. 2010. p. 55-73.

MAULEON, Xabier Etceberria. *Autonomía y Decisiones de Representación/Sustitución en Personas con Discapacidad Intelectual*. **Siglo Cero: Revista Española sobre Discapacidad Intelectual**, v. 47, n. 1, p. 55-66, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.14201/scero201615566>>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

MOREIRA, Flávia Daniela dos Santos. **PACT**: Programa de comunicação alternativa tátil para crianças com deficiência múltipla sensorial. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 256 p. 2021.

PEDRINELLI, Verena Junghähnel. et al. *A bioecological perspective of human development on autonomy of an athlete with intellectual disability*. **Revista de Psicologia del Deporte**, v. 27, n. 4, p. 9–14, 2017. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2018-28945-001>>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de. et al. De toda maneira tem que andar junto: ações intersetoriais entre saúde e educação para crianças vivendo com a síndrome congênita do vírus Zika. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 12, v. 35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00233718>>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

VENCATO, Letiara da Silva; WENDLING, Maria Isabel. A Percepção da Família sobre o Desenvolvimento da Autonomia nas Pessoas com Deficiência Intelectual. **Revista Universo Psi**. v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1337/839>>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

WANG, Katie; DOVIDIO, John F. *Disability and Autonomy: Priming Alternative Identities*. **Rehabilitation Psychology**, v. 56, n. 2, p. 123-127, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0023039>>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

KITTAY, Eva Feder; CARLSON, Licia; *Introduction: Rethinking Philosophical Presumptions in Light of Cognitive Disability*. In: KITTAY, Eva Feder; CARLSON, Licia. **Cognitive Disability and Its Challenge to Moral Philosophy**. Metaphilosophy. 2010. p. 1-27.

KITTAY, Eva Feder; JENNINGS, Bruce; WASUNNA, Angela A. *Dependency, Difference and the Global Ethic of Longterm Care*. **Journal of Political Philosophy**, v. 13, n. 4, p. 443–469, 14 Nov. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2005.00232.x>>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

Modalidade do artigo: Relato de pesquisa () Revisão de Literatura (x)

Notas

- i Financiamentos da pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) Programa “Bolsa Nota 10 – 2022” (Processo SEI-260003/001958/2022).



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)